

**Comentário**

**Tiro no pé**

EUSTÁQUIO GOMES  
eusta@unicamp.br

Depois de uma passagem pouco gloriosa pela Câmara dos Deputados, o projeto da reforma da Previdência vai ao Senado. Ali deverá ser discutido durante dois meses, talvez menos, antes de ser votado pelos senadores. Tão lisamente passou pela Câmara – com todos os ventos soprando a favor – que, francamente, são poucas as esperanças de que venha a sofrer modificações profundas na chamada Câmara Alta. Mas como, ainda ontem, lideranças partidárias prometiam não se limitar a carimbar o texto, mas sim aperfeiçoá-lo, é legítimo crer que algumas barbaridades venham a ser reparadas.

Aconteça ou não essa reparação, o governo terá por fim consumado o embate de morte que vem travando com os diferentes segmentos do setor público, a quem insistentemente tem chamado de “corporações”. Houve um tempo em que o termo era mais ameno: “companheiros”. Agora a semântica azedou: “privilegiados”.

Em entrevista concedida ao Jornal da Unicamp, o professor Ricardo Antunes, um intelectual mais que respeitável da esquerda brasileira, aponta o erro grosseiro que o governo cometeu ao satanizar o servidor público e jogar contra ele o mercado, os trabalhadores do setor privado e, por fim, a opinião pública em geral. **Pior: ao fazer isso passou as lagartas de seu tanque de guerra sobre todos os argumentos contrários, especialmente aqueles que apontavam o amesquinamento das carreiras públicas, a injustiça para com o mérito duramente conseguido e o desestímulo à renovação qualificada do setor público.**

“É evidente que as novas gerações, quando olharem uma carreira pública desmontada, arrebatada, precarizada e sem perspectiva de uma aposentadoria pública, vão buscar sua alternativa no admirável mundo do mercado”, diz o professor Antunes. **As consequências para as universidades não serão pequenas. Tanto maior é essa injustiça quanto é possível demonstrar, como faz o professor Cláudio Salvadori Dedecca num brilhante estudo que acaba de concluir, que “há uma clara manipulação da informação com o objetivo de estigmatizar o emprego público”. O estudo de Dedecca mostra que, ao mesmo tempo em que apresenta níveis de qualificação profissional superiores aos do setor privado, os trabalhadores do setor público usufruem de remunerações bem mais modestas – nele permanecendo por razões que transcendem o mercado.**

Se a ameaça às carreiras públicas é ruim para os servidores, não é melhor para o governo, que coloca assim em risco a qualidade do Estado e dos serviços que oferece. Com o que se pode dizer, com o professor Dedecca, que o governo está dando um tiro no próprio pé. Tiro que o Senado, se quiser, pode ao menos evitar que comprometa a perna, e quiçá o corpo do Estado.

**Artigo**

**A universidade e a inovação tecnológica – ou o que a universidade tem a ver com isso?**

SERGIO SALLES-FILHO

A inovação ocorre na empresa, tudo bem, mas para ser mais, digamos...abrangente, ocorre como fato social. Por definição, a inovação ocorre no momento em que o novo é, de alguma forma, socialmente apropriado. Bem, aí nessa curta e imprecisa explicação encontram-se duas dicas importantes: primeiro, trata-se de algo novo; segundo, algo novo que tenha, por certos meios, sido incorporado à rotina de indivíduos e/ou coletivos, pessoas físicas e/ou jurídicas, ou como se queira nomear pessoas e instituições.

Uma publicação da OCDE, conhecida como manual de Oslo (que faz parte da chamada “família Frascati” de manuais que definem atividades de pesquisa e desenvolvimento e de ciência, tecnologia e inovação), define inovação como sendo “a introdução, com êxito, no mercado, de produtos, serviços, processos, métodos e sistemas que não existiam anteriormente, ou contendo alguma característica nova e diferente da até então em vigor”. Não se deve, portanto, confundir fazer inovação com fazer tecnologia, ainda que esta vise àquela.

Muito bem, nessa linha, a inovação é um processo – “a introdução, com êxito...”. Mas é a introdução de algo – “produtos, serviços, processos...” – pensado, criado, desenvolvido, experimentado. Logicamente, toda inovação tem sua própria história, ligada à tentativa de produzir e incorporar o novo. Essa história se encontra – como regra geral, mas não necessariamente – em atividades de pesquisa e desenvolvimento e na ciência e na tecnologia. Pode ser numa sequência linear (lá do começo, na pesquisa básica, até o produto na prateleira) ou não linear (geralmente não é). Pode ter alto conteúdo científico, ou não. Pode ser incremental (pequenas mudanças), radical (novas tecnologias que substituem outras) ou mesmo induzir a emergência de um novo paradigma técnico e econômico.

De fato, é preciso compreender bem isso para ver aonde vamos com essa coisa de inovação. A consequência dessa visão foi bem entendida no âmbito das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico dos países...foi mesmo? Alguns países reconheceram isso antes e melhor do que outros, mas de uma maneira geral, não resta dúvida de que há relações óbvias e crescentes entre a ciência, a tecnologia e a inovação, tampouco parecem resistir dúvidas de que C&T não sobrevive sem inovação e vice-versa. Cada nova inovação (perdoem o pleonasma, mas vale a pena enfatizar), transborda e engendra demandas para o avanço do conhecimento, assim como o avanço do conhecimento abre oportunidades para novos produtos, serviços e processos.

Daí que a incorporação da letra “I” ao acrograma C&T faz todo o sentido. C,T&I não é modismo, mas uma evolução sobre o que se pensa sobre e o que se faz com o desenvolvimento científico e tecnológico nas sociedades contemporâneas.

Tudo bem, mas aí aparece um monte de gente dizendo que essa tal de inovação só opera para o mercado e que instrumentaliza a ciência e o conhecimento em uma perspectiva imediatista – a do mercado – perdendo-se com isto a necessária perspectiva de longo prazo e a “liberdade” que a produção do conhecimento exige. Decorre disto a indisposição de alguns para com a articulação entre ciência, tecnologia e inovação e para com a articulação da universidade no esforço da inovação. Mas o sentido da inovação não se restringe à sua aceitação pelo mercado, antes pressupõe sua apropriação social, o que pode ou não ser intermediado pelo mercado.

A força que o conhecimento hoje tem sobre os valores e a organização das sociedades é muito maior do que sempre foi. Tudo o que as tecnologias de informação trouxeram e ainda estão trazendo para as sociedades contemporâneas impuseram forma, ritmo e conteúdo inovadores. Manoel Castells acredita que o que diferencia o atual momento dos demais na



história é que, “pela primeira vez, a mente humana se torna força direta de produção e não apenas um elemento decisivo dos sistemas produtivos”.

Mas isto é bom ou ruim para nós, países menos desenvolvidos? Bom, claro, pois que está na capacitação e na criatividade o principal diferencial dessa sociedade da informação. Ruim, claro, porque muitos não têm sequer o ensino fundamental completo. Assim mesmo, ao mesmo tempo bom e ruim, em um País de contrastes absurdos.

Prefiro, particularmente, achar extraordinariamente positiva essa nova revolução tecnológica (que, creio, os historiadores não mais chamarão de industrial, simplesmente porque a indústria não é mais o principal diferencial, como o foi no final do século 18 e no final do século 19). Os requisitos de capital mudam sensivelmente, ganhando grande espaço o intelectual (não o homo intelectual, mas o capital, a força de transformação de coisas em valor). E acho positiva justamente por isso: há oportunidades com necessidades de mobilização de capital qualitativamente diferentes que permitem a um país menos desenvolvido aspirar a tomar parte em um jogo altamente competitivo. Exemplos disso são as oportunidades ligadas à indústria de software e à exploração sustentada da biodiversidade, apenas para citar dois dentre os mais evidentes.

Vale aqui sustentar uma proposição básica: a de que é um erro de consequências imprevisíveis para um país separar a política e a estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico da política de busca por inovações.

Fazer inovação não se restringe a fomentar pesquisa e desenvolvimento, é preciso considerar o conjunto das atividades necessárias para que a inovação aconteça. Esse conjunto de atividades é bem maior do que o investimento específico em P&D. Compreende todas as ações complementares e indispensáveis à preparação, à implementação e à introdução de algo essencialmente novo. Isto mobiliza diferentes atores sociais e envolve o pesquisador numa realidade muito mais abrangente e com maiores chances de gerar benefícios sociais.

Assim é que a efetividade das políticas públicas voltadas ao tema não pode ignorar o suporte àquelas ações complementares (como, por exemplo, desenvolvimento de produto, capacitação de pessoal, adequação a regras comerciais, propriedade intelectual, infra-estrutura de P&D, tecnologia industrial básica, suporte à comercialização pioneira e assim por diante). Ora, em assim sendo, deveria haver uma forte aproximação entre as políticas de C&T e as políticas industriais, agrícolas, comerciais etc.

Academia e indústria, ainda que espécies diferentes, apresentam óbvias interfaces. Não se trata de promover cruzamentos interestespecíficos – até porque haveria incompatibilidade genética – mas sim de criar e ampliar as

interfaces, explorando o que nelas há de complementar no esforço da inovação.

Se às instituições acadêmicas não lhes cabe trabalhar para o mercado (exceto o mercado de trabalho), tampouco lhes é dado o direito de ignorá-lo.

Aceitas essas considerações, podemos então tratar o tema sem medo de considerar a política baseada na inovação como algo que despreza demandas sociais outras que não as de natureza estritamente privada, de reprodução do *status quo*, ou como algo que não se ocupa da produção de conhecimento científico fundamental (a pesquisa básica). Tudo depende das diretrizes dessa política! Vejamos três argumentos nessa direção:

a) Pode-se perfeitamente pensar em ações de inovação voltadas a condições sócio-econômicas específicas. Gerar renda e promover qualidade de vida para populações excluídas requer inovação. Uma comunidade pobre que explora recursos naturais na Amazônia, por exemplo, carece de tecnologias de toda ordem (produto, processo, organizacional e de serviços), além de acesso a mercados com suas regras cada vez mais restritivas.

b) Um projeto de inovação tecnológica, muitas vezes, incita a investigação científica original, criando linhas de pesquisa variadas e combinadas – como por exemplo o conhecimento e a exploração da biodiversidade.

c) A política baseada no trinômio C,T&I requer o apoio a todos seus componentes, caso contrário não será uma política de C,T&I, mas qualquer outra coisa.

Mas o que é que a universidade tem a ver com tudo isso? Bem, ela é parte indissociável de qualquer sistema C,T&I, seja pela capacitação de pessoal de alto nível, seja pela produção de conhecimento original ou adaptado, seja ainda pela capacidade que tem em pensar criticamente o futuro.

Que ela faz parte de um sistema de ensino e pesquisa (pelo menos as que fazem as duas coisas), isto já se sabe, mas é preciso também saber que ela é parte essencial de um sistema de inovação. Ignorar este fato é o mesmo que desperdiçar oportunidades e, pior, desperdiçar recursos públicos (no caso de universidades públicas). A universidade deve se abrir cada vez mais para atender e promover demandas públicas e privadas, sempre que houver um benefício social claramente sinalizado.

Em tempo e antes que me crucifiquem: o cálculo do benefício social decorrente do investimento público não guarda relação direta e unívoca com as formas jurídicas pública ou privada. Pode-se ter elevado benefício social em investimentos privados e uma verdadeira calamidade pública em investimentos públicos, e vice-versa.

Sergio Salles-Filho é professor do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp

**UNICAMP**

Universidade Estadual de Campinas

Reitor Carlos Henrique de Brito Cruz. Vice-reitor José Tadeu Jorge.  
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva.  
Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Rubens Maciel Filho.  
Pró-reitor de Pesquisa Fernando Ferreira Costa.  
Pró-reitor de Pós-Graduação Daniel Hogan. Pró-reitor de Graduação José Luiz Boldrini.

**Jornal da Unicamp**

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. **Correspondência e sugestões** Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. **Telefones** (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. **Fax** (0xx19) 3788-5133. **Homepage** <http://www.unicamp.br/impressao>. **E-mail** [impressao@unicamp.br](mailto:impressao@unicamp.br). **Coordenador de imprensa** Eustáquio Gomes. **Assessor** Chefe Clayton Levy. **Editor** Álvaro Kassab. **Redatores** Antonio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. **Fotografia** Antoninho Perri, Neldo Cantanti e Dário Crispim. **Edição de Arte** Oséas de Magalhães. **Diagramação** Andre Luis Amarantes Pedro, Luis Paulo Silva. **Ilustração** Félix. **Arquivo** Antonio Scarpinetti. **Serviços Técnicos** Dulcinéia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Impressão** Prisma Printer Gráfica e Editora Ltda (19) Fone/Fax: 3229-7171. **Publicidade** JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3295-7569. Assine o jornal on line: [www.unicamp.br/assineju](http://www.unicamp.br/assineju)